

Doi: 10.5281/zenodo.15830070

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA AÇÃO NECESSÁRIA

Vinicius da Silva Freitas¹
Maruja Flores Cutipa Lazarotto Lago²
Lívia Barbosa Pacheco Souza³
Evandro de Oliveira Brito⁴

RESUMO A orientação profissional não deve se concentrar apenas na formação acadêmica, mas também na variedade de cursos profissionalizantes que preparam os jovens para o mercado de trabalho. O profissional orientador precisa estar atento a essa questão, considerando as aptidões, perspectivas de futuro e situações familiares dos alunos. Este estudo visa compreender a importância da orientação profissional no processo educacional do ensino fundamental, analisando como profissionais bem orientados podem aprimorar o processo de ensino. A pesquisa, de cunho bibliográfico e com método de revisão narrativa, utilizou bases de dados como MEDLINE, Embase e SciELO. A orientação pode ajudar os alunos a refletirem sobre o futuro, promovendo um espaço de discussão sobre o mercado de trabalho e autoconhecimento.

Palavras-chave: Ensino Fundamental; Educação; Orientação Educacional; Qualificação do Ensino.

PROFESSIONAL GUIDANCE IN ELEMENTARY EDUCATION: A NECESSARY ACTION

ABSTRACT Professional guidance should not focus solely on academic training but also on the variety of vocational courses that prepare young people for the job market. The guidance professional needs to be attentive to this matter, considering the students' aptitudes, future perspectives, and family situations. This study aims to understand the importance of professional guidance in the educational process of elementary education, analyzing how well-guided professionals can improve the teaching process. The research, based on a bibliographic approach and narrative review method, utilized databases such as MEDLINE, Embase, and SciELO. Guidance can help students reflect on their future, fostering a space for discussion about the job market and self-awareness.

Keywords: Elementary Education; Education; Educational Guidance; Teaching Qualification.

¹ Doutor em Educação. Doutor em Ciências da Reabilitação. Mestre em Ciências, Tecnologia e Educação. E-mail: viniciuscarvalho34@hotmail.com

² Graduada em Letras - Português e Espanhol, Graduada Formação Artística. Professora do Centro Ensino Lauro Pinheiro. E-mail: poncoo78@hotmail.com

³ Graduada em Gestão de Recursos Humanos e em Processos Gerenciais. MBA em Gestão de Pessoas, Pós-Graduada em Direito do Trabalho. E-mail: adm.liviapacheco@gmail.com

⁴ Mestre em recursos hídricos. Licenciado em Ciências. E-mail: Evandro de Oliveira Brito

INTRODUÇÃO

A orientação profissional no contexto educacional é um processo essencial que visa auxiliar os indivíduos na definição de suas escolhas profissionais, promovendo o desenvolvimento de conhecimentos e autoconhecimento sobre as diversas possibilidades de carreira. Seu objetivo não é apenas indicar um caminho, mas proporcionar ao orientado as ferramentas necessárias para tomar decisões conscientes sobre seu futuro profissional. Esse processo deve ser centrado no indivíduo, com o intuito de facilitar sua participação, reflexão e descoberta de suas aptidões e interesses, permitindo que ele se guie ao longo de sua trajetória.

A prática da orientação educacional no Brasil tem suas raízes na década de 1920, em São Paulo, com a introdução do conceito pelo professor e engenheiro suíço Roberto Mange. Desde então, essa prática evoluiu, sendo cada vez mais reconhecida como fundamental para o desenvolvimento de jovens e adultos em suas escolhas profissionais (Pascoal, Honorato, Albuquerque, 2008).

Historicamente, a psicologia profissional se desenvolveu em duas vertentes principais. A primeira, focada na psicometria, visava alocar o indivíduo na ocupação mais adequada a suas características. A segunda, que inclui abordagens psicodinâmicas, considera a escolha profissional como um processo contínuo de desenvolvimento que se inicia na infância e segue ao longo da vida. Este ponto de vista é crucial, pois reconhece que as escolhas profissionais não são estáticas, mas sim parte de um processo dinâmico de autodescoberta e adaptação.

A orientação profissional não deve se limitar à preparação para cursos de formação, como se fossem os únicos caminhos para o sucesso. Deve-se considerar também as diversas opções de cursos profissionalizantes que oferecem acesso ao mercado de trabalho de maneira mais direta e prática. O orientador profissional, ao atuar nesse processo, precisa estar atento a uma série de fatores, como as aptidões dos estudantes, suas perspectivas futuras e o contexto familiar, todos aspectos que podem influenciar suas escolhas e devem ser considerados no processo de orientação.

A atuação do orientador educacional exige uma base de conhecimentos ampla e integrada. Psicologia, Sociologia, História da Educação, História do Brasil e

Antropologia são algumas das disciplinas fundamentais para esse trabalho. Além disso, é importante que o orientador esteja familiarizado com metodologias de pesquisa, especialmente as qualitativas, para compreender profundamente o contexto e as necessidades de cada aluno (Grinspun, 1994). A presença de diferentes profissionais, como psicólogos, pedagogos e sociólogos, contribui para a abrangência do processo, permitindo que se levem em conta os aspectos subjetivos e psicossociais de cada indivíduo, e que se ofereçam orientações mais personalizadas e eficazes.

Com o constante desenvolvimento das profissões e as mudanças no mercado de trabalho, a orientação profissional torna-se ainda mais crucial. Profissionais bem preparados são essenciais para garantir uma orientação adequada, que não apenas auxilie os indivíduos a tomar decisões informadas, mas que também os prepare para um mercado de trabalho em constante transformação.

Embora o trabalho no campo da orientação profissional tenha grande importância ao longo de toda a vida, é durante a adolescência, fase em que começam a surgir as primeiras preocupações sobre o futuro profissional, que essa orientação se torna mais relevante. Nesse período, os estudantes começam a explorar suas inclinações profissionais e a definir suas expectativas de vida, o que torna essencial a implementação de programas de orientação profissional no ensino fundamental, como uma forma de prepará-los para as escolhas que farão no futuro.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica, utilizando o método de revisão narrativa. A revisão narrativa é um tipo de revisão em que a seleção dos textos é orientada pela opinião do autor, com o objetivo de afirmar um ponto de vista específico. Nesse método, a escolha dos materiais não segue critérios quantitativos ou sistemáticos, mas sim um critério qualitativo, baseado na relevância do conteúdo para a questão de pesquisa (Bernardo; Nobre; Jatene, 2003).

Os dados foram obtidos a partir de diversas bases de dados científicas, incluindo Embase, MEDLINE (via PubMed), LILACS, Scopus, Scielo e a plataforma da CAPES, que disponibiliza dissertações e teses acadêmicas. A estratégia de busca

foi padronizada para todas as bases de dados mencionadas, garantindo a uniformidade no processo de seleção.

A coleta e construção do estudo foram realizadas em março de 2024, com base nos resumos e estudos disponíveis nas plataformas eletrônicas. Durante a seleção, foram revisados os títulos e resumos de todos os artigos encontrados, sendo que os artigos que atendiam aos critérios de inclusão foram adquiridos integralmente, sempre que possível, para uma análise mais aprofundada.

Para organizar os artigos selecionados, foi elaborado um formulário que registrava o título do estudo, os autores, o ano de publicação, as contribuições para a pesquisa e o país de origem de cada trabalho. Os critérios de inclusão foram os seguintes: artigos publicados nos idiomas inglês, espanhol e português, com acesso a artigos e resumos publicados entre os anos de 2017 e 2024.

Por outro lado, os critérios de exclusão foram: editoriais, livros, anais de conferências ou congressos, relatórios científicos e técnicos, e documentos ministeriais; artigos que não abordassem diretamente a temática em estudo; e artigos duplicados em diferentes bases de dados. Esses critérios foram adotados para garantir a relevância e a qualidade dos estudos selecionados para a revisão.

ENSINO FUNDAMENTAL NOS ANOS INICIAIS: ORIENTAÇÕES CURRICULARES

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), desenvolvidos e publicados em 1997, surgem como uma proposta do Ministério da Educação (MEC) após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), sendo oferecidos aos professores do Ensino Fundamental no ano de 1998 (Guillen; Miguel, 2020, p. 570). Este marco legislativo, além de regulamentar as bases para a organização da educação no país, também foi um instrumento crucial para a definição das orientações curriculares no Ensino Fundamental, visando garantir uma formação básica comum, ampla e articulada.

O contexto de sua elaboração, conforme apontado por Eisebach Neto e Campos (2017), estava profundamente influenciado por uma conjuntura social, política e econômica marcada pelo neoliberalismo, o que refletia uma tentativa de "enxugar" a máquina estatal, promovendo uma maior flexibilização na gestão

educacional e incentivando a adoção de práticas mais alinhadas aos interesses do mercado. Essa orientação neoliberal foi uma tentativa de reduzir o papel do Estado e descentralizar a responsabilidade pela educação, buscando uma maior atuação do setor privado no processo educativo, com a ideia de que a educação deveria ser ajustada às demandas do mercado e da economia global.

Os PCN's, ao definirem as diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental, introduziram um novo enfoque para o ensino da língua portuguesa. Em seu conceito, o ensino de língua passa a ser encarado como um processo dinâmico, em que as práticas discursivas e textuais são consideradas fundamentais. O documento, portanto, orienta os educadores a trabalharem com os gêneros discursivos e os textos como unidades de ensino, entendendo que cada gênero está ligado a determinadas intenções comunicativas, que, por sua vez, são influenciadas pelas condições sociais e culturais de produção dos discursos. A ideia central dos PCN's, portanto, é promover uma educação que se distinga pela sua capacidade de formar sujeitos críticos, reflexivos e aptos a compreender as diversas formas de uso da linguagem em contextos sociais específicos.

No entanto, embora os PCN's tenham sido um avanço em relação aos modelos anteriores, sua aplicação enfrentou desafios em um cenário de desigualdade social e educacional no Brasil. A articulação entre aluno, ensino e língua, preconizada pelos PCN's, destacava o aluno como sujeito ativo da aprendizagem, mediado pela prática pedagógica que possibilitava a compreensão e produção de textos nos mais diversos gêneros. No entanto, essa proposta de articulação entre ensino, linguagem e contexto sociocultural nem sempre foi plenamente realizada nas escolas, principalmente em regiões de maior vulnerabilidade social.

Outro aspecto importante da proposta dos PCN's era o incentivo à interdisciplinaridade, que procurava integrar as diversas áreas do conhecimento, como forma de tornar o processo educativo mais significativo para os alunos. A linguagem, com todas as suas nuances e variações regionais, era vista como um elo entre as disciplinas, sendo fundamental para a construção de uma formação crítica e reflexiva. Esse movimento também se alinhava com o processo de reforma ortográfica que visava a unificação da língua portuguesa, promovendo maior proximidade entre as diversas formas de escrita do idioma ao redor do mundo.

Tanto os PCN's quanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) avançam no tratamento do processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, ao tratarem as práticas de linguagem como objeto de estudo, com foco nos recursos expressivos utilizados nessas práticas. Ao invés de simplesmente aprender regras gramaticais isoladas, o estudante passa a ser incentivado a analisar e compreender como a língua é utilizada em diferentes contextos e situações, considerando suas modalidades de oralidade e escrita (Guillen; Miguel, 2020). Esse enfoque busca formar um aluno capaz de utilizar a linguagem de forma crítica, criativa e adaptada às diversas realidades comunicativas e sociais em que está inserido.

A BNCC, por sua vez, apresenta um modelo de ensino que define as chamadas aprendizagens essenciais, que todos os alunos devem adquirir, independentemente da escola que frequentem ou da região em que vivam. Dessa forma, a BNCC busca atuar como um "equalizador" da educação, almejando garantir que todos os alunos tenham acesso aos mesmos direitos de aprendizagem, o que seria um reflexo de modelos educacionais observados em países desenvolvidos. No entanto, a aplicação da BNCC continua dependente da adaptação dos currículos pelas Secretarias Municipais, Estaduais e pelas próprias instituições de ensino.

De acordo com o documento da BNCC, este é um guia normativo aplicável exclusivamente à educação escolar, conforme estabelecido pela LDB. Está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos, e visa à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação (DCN) (BRASIL, 2018, p. 7). A BNCC se orienta por dois princípios centrais: o da educação integral, que abrange tanto o desenvolvimento cognitivo quanto socioemocional dos alunos, e o de utilizar os conhecimentos adquiridos para resolver situações complexas do cotidiano, colocando-os em prática.

Contudo, a aplicação das diretrizes da BNCC enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à adequação dos currículos às realidades regionais e sociais do Brasil. Apesar de a BNCC buscar garantir uma educação universal e de qualidade, as condições estruturais das escolas, a formação e valorização dos professores, e as desigualdades socioeconômicas ainda são obstáculos para a efetivação dessas diretrizes de forma equânime em todo o país. Além disso, a

implementação da BNCC exige uma articulação entre as diversas esferas da gestão educacional, com o envolvimento ativo dos municípios, estados e da sociedade civil, a fim de assegurar que as competências e habilidades delineadas no documento sejam de fato ensinadas e aprendidas de maneira significativa para os alunos.

Em resumo, tanto os PCN's quanto a BNCC representam importantes avanços na definição das diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental, especialmente no que diz respeito à abordagem do ensino da língua portuguesa. No entanto, os desafios para a efetivação de uma educação de qualidade e equitativa para todos os alunos exigem uma constante reflexão sobre as políticas educacionais, a formação dos professores, e as condições estruturais das escolas. A educação, enquanto processo social e cultural, está longe de ser uma prática neutra, e é fundamental que as políticas educacionais reflitam e respondam às realidades e necessidades dos alunos em suas diversas particularidades.

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA AÇÃO NECESSÁRIA

A orientação profissional no Ensino Fundamental é uma ação pedagógica de extrema importância para o desenvolvimento integral dos estudantes. Embora tradicionalmente associada ao Ensino Médio e à preparação para o mercado de trabalho, a orientação profissional deve começar a ser trabalhada desde os anos iniciais da educação básica. Esse processo não se restringe à escolha da profissão, mas se expande para a construção de uma identidade e autonomia do aluno, fundamentais para sua formação como sujeito ativo e consciente de suas escolhas no futuro. A reflexão sobre a orientação profissional no Ensino Fundamental visa discutir como a escola pode atuar de forma eficaz nesse processo, preparando os alunos não apenas para o mundo do trabalho, mas para a vida como um todo.

A introdução da orientação profissional no Ensino Fundamental responde à necessidade de formar cidadãos críticos e capazes de compreender a diversidade de possibilidades e caminhos existentes na sociedade. Segundo Lima (2009), a orientação profissional é um processo contínuo que ajuda os alunos a entenderem suas próprias habilidades, interesses e potencialidades, a fim de que possam fazer

escolhas mais assertivas sobre sua vida pessoal e acadêmica. Embora, como mencionado, o foco da orientação profissional no Ensino Fundamental não seja a definição de uma profissão, ela atua no auxílio à construção da identidade do aluno, desenvolvendo autoconhecimento e habilidades socioemocionais importantes para a sua trajetória escolar e futura vida profissional.

Neste contexto, é importante compreender a orientação profissional como parte integrante do currículo escolar, alinhada aos princípios da educação integral, conforme preconizado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC estabelece que os estudantes devem ser preparados para lidar com os desafios da vida cotidiana, desenvolvendo competências e habilidades que não se limitam à aprendizagem acadêmica, mas também englobam aspectos sociais e emocionais. No artigo 3º da BNCC, é destacada a importância da formação para a cidadania, que inclui a capacidade de o estudante compreender a si mesmo e o mundo ao seu redor, sendo este um ponto de partida fundamental para o trabalho da orientação profissional nas escolas (BRASIL, 2018).

A prática da orientação profissional deve estar pautada em uma abordagem interdisciplinar, que envolva diferentes áreas do conhecimento e que considere as especificidades de cada contexto social e regional. De acordo com Brasil (2019), a orientação profissional no Ensino Fundamental não deve ser vista como uma disciplina isolada, mas como uma prática transversal, que permeia todas as atividades escolares e é abordada de forma contínua e contextualizada. Essa abordagem interdisciplinar contribui para o desenvolvimento de uma visão ampla sobre as possibilidades do futuro dos estudantes, permitindo que eles compreendam que o mundo do trabalho é multifacetado e envolve escolhas que devem ser feitas com base em interesses, habilidades e valores pessoais.

Além disso, é necessário que a escola, os educadores e os gestores estejam preparados para trabalhar a orientação profissional de maneira adequada, levando em conta as particularidades de cada fase do desenvolvimento dos alunos. O Ensino Fundamental abrange uma faixa etária em que os estudantes estão ainda em processo de formação de sua identidade e compreensão de suas aptidões e limitações. Dessa forma, a orientação profissional nesse nível de ensino deve ser voltada para o despertar da curiosidade, do autoconhecimento e da reflexão sobre os

próprios interesses. Segundo Araújo (2016), a orientação no Ensino Fundamental pode e deve ser um processo gradual, em que os alunos, por meio de atividades práticas, descubram seus gostos e talentos, conheçam diferentes áreas do conhecimento e tenham a oportunidade de refletir sobre a diversidade de carreiras existentes no mundo contemporâneo.

No entanto, a implementação de uma orientação profissional eficaz no Ensino Fundamental exige uma mudança de paradigma no papel da escola e dos profissionais da educação. De acordo com Souza (2018), a escola deve se tornar um espaço que promove o diálogo sobre o futuro dos estudantes, não apenas no sentido acadêmico, mas também no emocional e social, com a participação ativa de todos os educadores e da comunidade escolar. Nesse sentido, a formação continuada dos professores é essencial, pois a abordagem de orientação profissional requer habilidades específicas que vão além da simples transmissão de conteúdos acadêmicos.

Em termos práticos, as escolas podem adotar diversas estratégias para promover a orientação profissional no Ensino Fundamental, como rodas de conversa, atividades de autoconhecimento, oficinas de habilidades socioemocionais, entre outras. Além disso, a escola pode estabelecer parcerias com profissionais de diferentes áreas para realizar palestras, visitas técnicas ou até mesmo projetos de empreendedorismo, proporcionando aos alunos uma visão mais ampla sobre as possibilidades que o mercado de trabalho oferece.

A necessidade de inserir a orientação profissional no Ensino Fundamental também se alinha com as mudanças do mundo contemporâneo, que exige dos indivíduos uma flexibilidade e adaptabilidade maiores diante das transformações rápidas e constantes nas esferas social e econômica. Para que os alunos se sintam preparados para enfrentar esses desafios, é fundamental que a escola os auxilie a se entenderem como agentes ativos de suas trajetórias, capazes de refletir sobre o seu lugar no mundo e tomar decisões informadas e conscientes sobre seu futuro.

Em suma, a orientação profissional no Ensino Fundamental é uma ação necessária e urgente para a formação de cidadãos plenos e preparados para os desafios do século XXI. Ao oferecer aos estudantes as ferramentas para compreender suas potencialidades e refletir sobre suas escolhas, a escola contribui para a

construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Essa prática deve ser encarada não como uma tarefa exclusiva dos anos finais da educação básica, mas como um processo contínuo que começa desde os primeiros anos do Ensino Fundamental, preparando os alunos não apenas para o mercado de trabalho, mas para a vida como um todo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ações educacionais em uma sociedade são intimamente relacionadas aos objetivos e às dinâmicas de poder nos níveis internacional e nacional, gerando práticas educacionais que frequentemente se conectam a conflitos nos campos das ciências educacionais e humanas. A ausência de consenso sobre as funções e objetivos da educação pode ser compreendida, em grande parte, pela multiplicidade de significados atribuídos à qualidade do ensino. Estes significados circulam nos meios acadêmicos e institucionais, refletindo as distintas posições presentes no campo educacional, particularmente no contexto de um modelo progressista.

No que tange às políticas educacionais, observa-se que estas estão sendo fortemente influenciadas por organismos internacionais, que, ao redefinirem conceitos sobre escola, ensino-aprendizagem e currículo, direcionam essas políticas para uma formação voltada para os interesses do mercado, em detrimento de uma educação científica e culturalmente significativa. A implementação de tais políticas, com ênfase no neoliberalismo, tem gerado uma educação que busca, prioritariamente, a formação de mão de obra para atender às demandas do mercado, marginalizando a formação humanística e o conhecimento escolar relevante.

Libâneo e Freitas (2018) argumentam que os organismos internacionais, como o Banco Mundial, têm desempenhado um papel central nesse processo. Criados inicialmente pelos EUA, durante a Conferência de Bretton Woods de 1944, esses organismos e suas orientações técnicas têm sido utilizados como referência para as políticas educacionais brasileiras, influenciando a elaboração de documentos e ações como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses documentos refletem a internacionalização das políticas educacionais e suas repercussões nas diretrizes e planos do sistema de ensino brasileiro, como a BNCC, que tem sido alvo de análises

que destacam sua adesão a padrões internacionais que visam adequar o ensino à lógica de competitividade global.

Outro ponto relevante é o impacto das políticas educacionais nos formatos e objetivos das escolas públicas. Embora essas políticas se apresentem como soluções para melhorar a educação, elas frequentemente resultam em uma educação funcional, voltada para a empregabilidade imediata, e em um sistema de ensino centrado na avaliação em larga escala, conforme as exigências do mercado. A implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), por exemplo, reflete uma tentativa de ajustar a educação básica às demandas financeiras e políticas dos organismos internacionais, sem considerar as especificidades culturais e sociais do país.

Além disso, o aumento da participação de empresas privadas na educação pública, que se intensificou a partir da década de 1990, reflete um movimento de privatização que visa transformar a educação em uma mercadoria. O crescimento exponencial de empresas privadas no setor educacional está diretamente ligado ao fortalecimento de uma educação orientada pelos interesses do mercado, em detrimento da formação crítica e emancipatória dos estudantes.

Os organismos multilaterais, como a UNESCO, o Banco Mundial e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), atuam como reguladores dessas transformações, promovendo um modelo de educação que visa à integração das políticas educacionais com os interesses econômicos globais. Essa articulação entre educação e economia, que prioriza a formação de mão de obra, resulta em um modelo educacional que favorece a exclusão social e a desigualdade dentro do próprio ambiente escolar. A educação, então, se transforma em um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais e econômicas, ao invés de ser um espaço de inclusão e desenvolvimento humano.

Libâneo (2018) destaca que as decisões tomadas por esses organismos internacionais, como a definição de finalidades e critérios de qualidade, impactam diretamente a organização curricular e o trabalho pedagógico nas escolas. Esses parâmetros educacionais, voltados para a eficiência e para os resultados mensuráveis, muitas vezes negligenciam as necessidades e especificidades dos

estudantes, principalmente daqueles em contextos de maior vulnerabilidade social. A visão neoliberal que permeia essas políticas tende a transformar a educação em um processo de padronização e controle, em vez de promover uma formação integral e diversificada.

Nesse contexto, o movimento “Todos pela Educação”, composto por grandes fundações e grupos empresariais, tem sido um agente importante na implementação de políticas neoliberais na educação brasileira. Com o objetivo de fortalecer a Base Nacional Comum Curricular, o movimento visa garantir que a educação seja moldada conforme os interesses do mercado, favorecendo a formação de trabalhadores alinhados às demandas empresariais. Essa orientação reflete a tentativa de desresponsabilizar o Estado pela educação, permitindo que a gestão educacional seja assumida pelo setor privado, o que levanta questões sobre a verdadeira intenção por trás dessas reformas.

A privatização da educação, articulada por meio de políticas como a BNCC e a Nova Base Comum Curricular, reflete um movimento que, sob o discurso de inovação e modernização, visa retirar direitos conquistados pela sociedade, ao transformar a educação em uma mercadoria acessível apenas a uma parcela privilegiada da população. O Decreto 9057/2017, que introduziu o Ensino a Distância e permitiu a compra de instituições educacionais por grupos empresariais, exemplifica como a educação está sendo reconfigurada como um bem de consumo, no qual o lucro e a competitividade ditam as regras.

Portanto, a problematização das políticas educacionais, especialmente no que se refere à criação e implementação da BNCC, não se dá apenas pela análise dos documentos em si, mas pelo contexto político e social que influencia suas decisões. A educação, ao ser submetida a essas influências externas, corre o risco de perder sua função social transformadora e se tornar um mero instrumento de reprodução das desigualdades, reafirmando a hierarquia social e econômica que beneficia uma elite econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A orientação profissional desempenha um papel crucial no processo de definição de carreira, servindo como um facilitador no desenvolvimento do autoconhecimento e na tomada de decisões profissionais. O processo de escolha é, essencialmente, uma jornada individual, e a orientação visa proporcionar as condições necessárias para que o indivíduo possa explorar, refletir e decidir sobre seus caminhos profissionais de maneira mais informada e consciente. Historicamente, a psicologia profissional evoluiu através de duas abordagens principais: a psicometria, que focava em colocar o indivíduo no papel mais adequado, e o desenvolvimento de diversas abordagens interpretativas, como a psicodinâmica, que considera a escolha profissional como um processo contínuo e multifacetado que começa na infância e se estende ao longo da vida.

A orientação profissional não deve se restringir apenas à formação acadêmica de jovens, mas deve também abranger uma ampla gama de cursos e formações profissionalizantes que facilitam a entrada no mercado de trabalho. É essencial que os profissionais orientadores, como psicólogos, professores e outros especialistas, estejam atentos às diversas aptidões, perspectivas e contextos dos orientados para oferecer um suporte mais eficaz.

O papel do psicólogo na orientação profissional é particularmente significativo devido à sua formação teórica e técnica, permitindo uma compreensão mais profunda dos aspectos subjetivos e psicológicos dos indivíduos. Dada a constante evolução das profissões e mudanças no mercado de trabalho, é crucial que a orientação profissional seja sistematizada e adaptada às novas demandas e contextos.

Portanto, a orientação profissional não só é relevante ao longo da vida adulta, mas também é fundamental durante a adolescência, quando os primeiros interesses e preocupações com o futuro começam a se formar. A importância da orientação profissional no âmbito educacional, especialmente no ensino fundamental, é evidente, pois proporciona aos alunos o suporte necessário para explorar e desenvolver suas aspirações de maneira estruturada e informada.

Referências

- AMARAL, Ellen Caroline Lamounier Rodrigues do. **Orientações curriculares para os anos iniciais do ensino fundamental: uma reflexão dos aportes dos PCN's à BNCC**. Monografia (Pedagogia). Instituto Federal Goiano. Hidrolândia, p.20. 2022.
- ARAÚJO, V. A. de. A orientação profissional na educação básica: desafios e perspectivas. **Revista de Educação Profissional**, 2016.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
- BRASIL. **Orientações para a Implementação da Orientação Profissional nas Escolas**. Brasília: Ministério da Educação, 2019.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, 2017.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **1º da Leide Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394,1996)**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, 2017.
- EISENBACH NETO, F. J. E.; CAMPOS, G. R. O impacto do neoliberalismo na educação brasileira. In: EDUCERE: Congresso Nacional de Educação, 13., 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2017.
- GUILLEN, Cássia Helena.; MIGUEL, B. Maria Elisabeth. A alfabetização nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): o que mudou de 1997 a 2017. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 101, n. 259, p. 567-582, set./dez. 2020.
- GRINSPUN, M.P.S.(Org.) **A prática dos orientadores educacionais**. São Paulo: Cortez, 1994.
- LIBÂNEO, José Carlos. Políticas Educacionais no Brasil: Desfiguramento da Escola e do Conhecimento Escolar. **Cadernos de Pesquisa**, 2018.
- LIMA, J. G. A importância da orientação profissional no Ensino Fundamental. **Revista de Psicologia Educacional**, 2009
- PASCOAL, M.; HONORATO, E. C.; ALBUQUERQUE, F. A. O Orientador Educacional no Brasil. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 47, p. 101-120, jun. 2008.

SOUZA, C. A. de. A orientação profissional na educação básica: desafios para o desenvolvimento de uma prática pedagógica integrada. **Revista Brasileira de Educação**, 2018.

Recebido em 03/12/2024

Versão corrigida recebida em 12/03/2025

Aceito em 20/06/2025

Publicado online em 08/07/2025